

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.760 - SP (2019/0299386-4)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : ARY BICUDO DE PAULA JUNIOR  
**ADVOGADO** : ARY BICUDO DE PAULA JUNIOR - SP051619  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : IVAN CARLOS DE CAMPOS CLARO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de IVAN CARLOS DE CAMPOS CLARO contra decisão de indeferimento de liminar em *habeas corpus* proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2216660-90.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito de estelionato. Encerrada a instrução criminal perante a primeira instância, o paciente foi condenado à pena de 7 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação, sendo o apelo improvido. Diante disso, houve a oposição de embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Por fim, o magistrado de primeiro grau determinou a execução provisória da pena.

Contra o início da execução, a defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido liminar, perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, sendo esta indeferida nos seguintes termos (e-STJ fl. 43/44):

(...)

*A medida liminar em habeas corpus, por não prevista expressamente nos artigos 647 usque 667 do Código de Processo Penal, é excepcional, razão pela qual está reservada aos casos em que avulta flagrante constrangimento ilegal e atentado ao direito de locomoção do paciente. E essa não é a hipótese dos autos, porquanto não demonstrados, de pronto e a olho desarmado, o furnus boni juris e o periculum in mora, necessários para concessão da liminar.*

*Ademais, a análise do pedido revela-se inadequada à esfera da cognição sumária, haja vista confundir-se com o mérito, reservando-se à Colenda Turma Julgadora a solução da questão*

# Superior Tribunal de Justiça

*em toda a sua extensão.*

(...)

Não satisfeita, a defesa impetrou o presente *writ*, no qual alega, em síntese, a impossibilidade de execução provisória da pena, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão da ordem para que o paciente responda ao processo em liberdade até o trânsito em julgado.

É o relatório. **Decido.**

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo no caso de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada. A propósito:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR NA ORIGEM. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA DO STF. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. Não se admite, em princípio, a impetração de habeas corpus contra decisão que denega pedido liminar em sede de writ impetrado na origem, sob pena de se configurar indevida supressão de instância. (Enunciado 691, da Súmula do STF), ressalvadas as decisões teratológicas ou com deficiência de fundamentação, o que não ocorre na hipótese. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 306.319/CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 9/6/2015, DJe 19/6/2015).*

Não é o que ocorre na espécie.

Consoante se observa dos autos, neste juízo superficial que é típico das decisões liminares, a prisão temporária não se revela manifestamente injustificada – única hipótese em que se superaria a orientação da Súmula 691

# *Superior Tribunal de Justiça*

do Supremo Tribunal Federal.

O paciente foi condenado em segunda instância à pena de 7 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão, no regime inicial fechado, e o juízo de primeiro grau determinou a expedição de mandado de prisão e o imediato início da execução provisória da sanção imposta.

Efetivamente, esse é o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal, adotado a partir do julgamento do *Habeas Corpus* n. 126.292:

*CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII). SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA POR TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. 1. A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal. 2. Habeas corpus denegado (HC n. 126.292, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 17/2/2016, DJe 17/5/2016).*

Vale lembrar que, para o Relator do caso julgado pelo Supremo Tribunal Federal, Ministro Teori Zavaski, a manutenção da sentença pelo Tribunal revisor encerra a análise probatória, ficando autorizada, a partir de então, a execução da pena. Embora tal decisão não seja dotada de efeito vinculante, o novo entendimento aplicado pelo Pleno não pode ser desconsiderado por esta Corte.

Apesar de eventuais recursos especial e extraordinário não serem dotados de efeito suspensivo, na espécie, a jurisdição das instâncias ordinárias, soberana na apreciação das provas, ao que parece, já se encerrou, porquanto os embargos de declaração opostos perante o Tribunal Estadual já foram julgados, não havendo notícia de interposição de outros recursos sujeitos à revisão do próprio tribunal estadual.

É certo, de todo modo, que as questões suscitadas pela defesa

# *Superior Tribunal de Justiça*

do paciente serão tratadas naquele *mandamus*, por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** a petição inicial do presente habeas corpus.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator